



Participação Política e Democracia no Brasil¹

Gilberto Wildberger de ALMEIDA²
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

A convivência do brasileiro com a democracia é recente, já que nunca houve empenho em sua introdução plena no Brasil até a metade do século XX. Entretanto, a partir da década de 80 daquele século têm sido registrados significativos avanços, mormente depois da Constituição de 1988, que estimula a participação social em diversas instâncias de deliberação pública, o que aos poucos tem contribuído para que a democracia brasileira assuma aspectos de democracia participativa. Os novos ambientes eletrônicos de comunicação podem também influir para que ocorram mais vozes a se manifestar na cena política.

Palavras-chave: ausência de democracia; democracia elitista; democracia participativa; democracia digital.

Texto do Trabalho

Abertura

O Brasil convive com a democracia desde o fim do regime militar, portanto há mais tempo do que quanto durou aquele período de supressão da democracia. Porém, é preciso salientar que se trata de um período histórico bastante recente. Com efeito, a idéia mesma de democracia esteve ausente do Brasil desde que os portugueses chegaram às nossas praias, no século XVI, até meados do século XX. O objetivo deste ensaio é fazer um bosquejo sobre a curta experiência democrática brasileira.

A maioria dos países, hoje em dia, adota a democracia, expressa em modelo derivado das experiências ocorridas a partir do século XVII, com destaque para a anglo-saxônica, a francesa e, genericamente, as do norte europeu. Os gregos fizeram os primeiros experimentos através de uma elite que organizou a convivência entre seus membros baseada, grosso modo, na noção de igualdade, deliberação coletiva e alternância de

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura – DT8 do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação, UFBA, email: gwa@ufba.br.



comando. Contudo, apenas a partir da Baixa Idade Média, na Europa, houve interesse em pôr um modelo de democracia em prática. Portanto, passaram-se quase 1800 anos para que determinados fenômenos viessem a favorecer, em algumas cidades do norte da Itália, a retomada da idéia da democracia como modo de organização política.

Entre o período de Péricles, na Grécia, e o século XIII, a democracia como forma de governo foi atropelada por grandes impérios. A maneira de afirmação de poder nestes impérios dava-se, sobretudo, através da conquista militar. A conquista proporcionava a agregação de novas riquezas, além da cobrança de impostos (KAUTSKY, 2010) de modo que a lógica da acumulação ocorria pela via da expansão territorial sustentada pela conquista militar. Neste ambiente social a estrutura do poder reproduzia a organização militar, caracterizada pela rígida hierarquia de comando, ambiente que, de resto, não chega a ser favorável à democracia, posto que esta requer igualdade e liberdade para vicejar.

O fim do Império Romano coincidiu com o fortalecimento do poder simbólico da igreja cristã, depois partida num cisma, entre as do oriente em Constantinopla, e do ocidente em Roma. Embora o poder secular viesse a se fragmentar, após a queda de Roma enquanto império, em inúmeros pequenos reinos, baronatos, condados e que tais, o clero assumiu privilégios que o alçou à condição de poder paralelo. Isto fica bem expresso ao ser chamado de Primeiro Estado por ocasião da Revolução Francesa. No sul da Europa, o clero impôs rígidos princípios de organização social, característicos de um estado ditatorial teocrático. Com efeito, o braço da Inquisição foi extremamente forte na Península Ibérica, tendo chegado à América do Sul com toda a sua virulência castradora de idéias e iniciativas. Nesta época, na Europa, cabia à aristocracia proprietária de terras, responsável também pela guerra, manutenção da ordem e, enfim, do poder derivado do uso das armas, a denominação de Segundo Estado. Nem o clero nem a aristocracia recolhiam impostos ao estado, cabendo esta tarefa ao Terceiro Estado, que congregava a operosa classe burguesa, bem como todo o resto da sociedade (HUBERMAN, 1983). Com efeito, no Terceiro Estado estava a malta, ao lado da classe revolucionária em ascensão, a burguesia, que haveria de tornar-se aquela que viria a deter o controle do Estado.

Portanto, desde quando comerciantes e banqueiros italianos começaram a acumular capital e emprestar dinheiro aos nobres, a idéia de democracia voltou a ser considerada como uma forma de participação no poder estabelecido. Porém, enquanto no norte da



Itália uma nova classe ascendia em riqueza, e passava a exigir mais poder para si, na Península Ibérica a História tomava um rumo diferente.

Faoro (2008), em *Os Donos do Poder*, recupera fatos históricos que dão conta de que Portugal evoluiu de modo bastante diferente do resto da Europa Ocidental. Portugal ao fim do Império Romano foi invadido por germanos, que lá se estabeleceram, porém logo tiveram de conviver com invasores árabes, que na época detinham conhecimentos muito mais sofisticados do que os simplórios guerreiros oriundos do norte da Europa. Somente no século XIV Portugal logrou sua unidade nacional, após extenso período de guerras contra os árabes, e contra as seguidas tentativas de Leon e Castela de anexar os territórios situados entre os rios Minho e Douro, que compreendia o território português original, mais tarde esticado até o Tejo, e finalmente até a ponta sul do país. Neste começo de nação o rei assumiu o papel de empresário comercial, tendo estimulado a navegação como uma empresa real.

Eis aí a diferença entre Portugal e França, Inglaterra, Holanda, etc. Em Portugal o capitalismo comercial foi avocado pela aristocracia, que enriqueceu, fazendo os demais comerciantes girarem, como satélites, em torno da empresa comercial real. Todo o Estado português de então vivia em função do comércio de ultramar. O rei distribuía cargos, neste Estado, ao seu bel prazer. Conforme Faoro (2008), ao invés de classes, em Portugal, convertido numa grande empresa cujo proprietário era o rei, a divisão social deu-se em estamentos. Este é um conceito que este autor toma de empréstimo de Max Weber. Estamento é um tipo de divisão social no qual as pessoas estão vinculadas a um Estado de uma maneira pouco flexível, com hierarquia definida, proporcionando carreiras vitalícias, situações nas quais todos são cooptados pelo poder do rei, que distribui benesses, ou punições, de acordo com sua conveniência estratégica. Ninguém contesta o Estado, que se torna paternalista (WEBER, 1994).

Neste tipo de sociedade, na qual todos são direta ou indiretamente dependentes do Estado, que detêm as rédeas do centro dinâmico do processo de acumulação de riquezas, a mobilidade social era baixa. Ademais, não houve espaço para a gestação de idéias, muito menos para que ocorressem debates e livre circulação de argumentos diferentes daqueles esposados pelo rei, e pela Inquisição, que, em última análise, detinha o monopólio do que se podia pensar.

Destarte, sem a ascensão autônoma de uma classe de comerciantes urbanos, já que ela ascende como um apêndice do poder real, dependente, portanto, do rei e da sua corte, ocorreu uma espécie de inibição intelectual de propostas contestatórias. Toda a



produção intelectual que ocorre no resto da Europa e na América do Norte em torno de questões como repartição de poderes, condições da participação, alternância de poder e, sobretudo, da aplicação de leis por um corpo de juízes independentes fica retardada, ou senão mesmo ausente. A Península Ibérica entrou tarde no debate suscitado por Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e Madison (HELD, 1996). Ao invés de poderes independentes, os Ibéricos aplicavam a justiça como uma concessão do poder real, algo como uma benevolência do rei. Ademais, tendo se mantido distante da Reforma, aliás, tendo aderido à Contra-Reforma de corpo e alma, não houve, na península, grandes estímulos ao individualismo, arrolado por Weber (1994) como um dos fatores capazes de estimular o desenvolvimento do capitalismo em geral. Enfim, individualismo e busca de riquezas para si próprio favoreceram a busca de democracia como uma forma de organização social na qual o poder do Estado Absolutista dos séculos XVII e XVIII ficasse atenuado, diluído entre os principais atores sociais e econômicos. Portugal manteve uma estrutura de poder na qual o Estado deteve uma posição assimétrica. Este tipo de Estado foi transplantado para o Brasil.

Ainda em torno do Estado Português que é transferido ao Brasil

Portanto, enquanto os princípios democráticos vicejavam com toda a força no norte da Europa e na América do Norte, o mesmo não ocorria no Brasil. O modo de produção batizado por Gorender (1980) como escravismo colonial, estruturou a sociedade brasileira de uma forma fechada, inflexível, hierarquizada durante os três primeiros séculos de presença portuguesa. Estes não manifestaram o menor interesse em trazer para as novas terras a cultura portuguesa. Ao contrário dos espanhóis, os portugueses não trouxeram escolas para o Brasil, até as proibiram de existir, salvo por algumas concessões a poucas ordens religiosas (HOLANDA, 1956).

Ademais, a colonização católica ibero-portuguesa transferiu para o Brasil as peculiaridades do Estado luso. O relato de Faoro (2008) sobre de como Portugal organizou-se desde cedo como uma grande empresa mercantilista, e como tal tornou-se, então, uma nação progressista, revela um país que se lançou ao mar em naus lá construídas a partir das técnicas náuticas mais avançadas na época. Este fenômeno, aliado ao êxito da empresa mercantilista, propriedade do rei, trouxe características próprias ao Estado português. Assim, consoante Faoro (2008), Portugal não passou por um período feudal como ocorreu no resto da Europa. Desde cedo os fidalgos



portugueses foram cooptados pelo rei, que os empregava no Estado orientado para o trato comercial. O Estado português enriquecia junto com seus fidalgos, de modo que não houve, como aconteceu na França, Inglaterra, Holanda, a formação de uma classe que se opunha à aristocracia e ao clero (HELD, 1996; HUBERMAN, 1983).

Enquanto a burguesia foi uma classe revolucionária naqueles países, por volta dos séculos XVII e XIX, tendo inclusive tomado o poder de modo às vezes violento, em Portugal não houve o fenômeno da revolução burguesa, pois todos participavam no Estado mercantilista, na empresa comercial do rei. Neste tipo de composição social a Igreja Católica permaneceu poderosa, e, na ausência de uma classe que aspirasse ao poder, a sociedade permaneceu conservadora, enquanto a economia estagnou num modo de produção onde no comércio com outros povos tudo era permitido, porém produzir no território português, que implicava empreendimentos transformativos de natureza industrial, era considerado ofensivo aos cânones católicos (GORENDER, 1980).

Uma sociedade que via os juros como uma forma de pecado não era exatamente o ambiente propício para o desenvolvimento do capitalismo. Destarte, o auge de Portugal aconteceu no século XVI, enquanto uma estagnação econômica de quatro séculos levou o país a um enorme atraso relativo, quando comparado aos demais países europeus onde o capitalismo vicejou através da plena liberação das forças produtivas.

Pois bem, a sociedade organizada em estamentos vinculados ao Estado que caracterizou Portugal, também deitou fundas raízes no Brasil. Herdamos dos portugueses o hábito de dependermos do Estado, de inércia da sociedade civil. Esta nunca se caracterizou pela autonomia de decisões coletivas, na maioria das vezes extraídas através de um processo de associações independentes, como descritas por Tocqueville (1988) na sua profícua viagem de observação pela América no século XIX. Enquanto na América as comunidades teciam a democracia, o Brasil vivia em estado de sedação, mergulhado no microcosmo do mundo agrário, onde a tradição é o valor mais cultuado e valorado. Como a cultura transferida para o Brasil foi a da reverência e obediência ao Estado, a democracia nunca foi um valor defendido até o século XX.

Não custa lembrar que quando, no século XIX, Napoleão causou a vinda da família real portuguesa para o Brasil, os nativos, aí incluídos os comerciantes brancos, os receberam com pasmo. A ocupação napoleônica da península ibérica motivou a independência das regiões da América espanhola, mas o Brasil manteve-se em estado de torpor por abrigar em seu solo membros da aristocracia européia. A independência do Brasil não ocorreu como um movimento de base, como uma conspiração de nativos para



expulsar um corpo estranho. Pelo contrário, a independência brasileira aconteceu como resultado de uma querela familiar (RIBEIRO, 1995).

O Brasil tampouco passou por uma revolução burguesa. A aristocracia lusitana manteve-se no poder até 1889. Durante todo este período o Brasil foi uma sociedade agrária, onde o poder era exercido pelos proprietários de terras, banqueiros e exportadores de modo centralizado, autocrático, sem o menor laivo de democracia. O conservadorismo do Brasil imperial foi tanto que até Irineu Evangelista, o Barão de Mauá, nosso primeiro empresário capitalista, foi inúmeras vezes barrado, sabotado, não apoiado pelo Império, que o via com desconfiança, como um ambicioso subversivo capaz de disseminar idéias republicanas (CALDEIRA, 1995).

Os empresários exportadores urbanos e os banqueiros, que respondiam pela classe em ascensão, sempre estiveram aliados aos senhores proprietários de terras, nunca manifestaram o menor interesse em modificar a estrutura de poder, mantida mais ou menos igual até os anos 30 do século XX. Nesta conjuntura, a participação política da população era nula, ou quase nula. Este *quase* é uma homenagem aos quantos cidadãos e intelectuais que liam autores franceses e ingleses, e sonhavam trazer para o Brasil a idéia da democracia. Afinal, estes intelectuais, é forçoso reconhecer, exerceram alguma influência na subjetividade, nas idéias da época. Tanto é assim que o positivismo foi introduzido na nossa bandeira, o que sugeria uma autonomia da sociedade laica sobre o clero, embora não passasse de pensamento desejoso, pois até os anos 30 pouca coisa havia mudado no Brasil, em termos de modo de exercício de poder. Em pleno século XX, o clero já havia perdido a prerrogativa de torturar os pecadores, mas ainda permanecia presente na cobrança sobre o Estado e a sociedade civil para que todos cumprissem seus desígnios, ainda firmes em distribuir ameaças de excomunhão, algo temido por todos, o que manteve a Igreja no controle das idéias. Não se pensava em participação democrática, pelo contrário, a idéia de democracia era associada a uma perda de autoridade dos poderes conservadores estabelecidos.

Sobre a República Velha

A Proclamação da República foi, na verdade, um golpe militar, que o público tomou conhecimento de modo bestializado, no dizer de Carvalho (1987). Nos últimos anos do Império, depois da Guerra do Paraguai, houve afinal um começo de disseminação de idéias autônomas, nacionalistas, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Abolicionistas



como Joaquim Nabuco, escreveram textos assaz interessantes sobre o Brasil, o que mostra que embora a classe no poder fosse hiper conservadora, havia uma camada urbana de indivíduos capaz de nutrir idéias próprias. Ler Nabuco e seus contemporâneos desvela propostas para o Brasil que nunca foram postas em prática. Na verdade a Proclamação da República foi um golpe militar conservador, cujo objetivo foi evitar que a classe proprietária de terras parasse de perder mais do que já havia perdido com a chamada Lei Áurea, assinada pela filha do imperador, em 13 de maio de 1888.

Acontece que após a abolição, o próximo passo, consoante Nabuco (RIBEIRO, 1995) e demais abolicionistas, seria a distribuição de terras entre os ex-escravos, bem como assegurar-lhes instrução pública. Evidentemente que tais ações fariam o valor da força do trabalho subir, e, lógico, causaria a redução dos lucros da atividade agrícola brasileira. Contra esta ameaça progressista foi desfechado um golpe para mudar a cara do poder, mas, sobretudo, para manter a mesma classe no poder. Assim foi proclamada a República. Tal qual no romance *Il Gatopardo*, de Tomaso di Lampedusa (O Leopardo, em português, 2002), sobre o impacto da unificação da Itália na classe de proprietários de terras da Sicília. Lampedusa (2002) foi feliz em descrever a situação da classe dominante siciliana, para quem foi preciso mudar para que tudo ficasse a ser como sempre fora.

Na chamada República Velha, a mesma classe conservadora de sempre, proprietária de terras, deteve o poder. Um estamento de burocratas, funcionários públicos cujos cargos teriam sido recomendados por membros da classe dominante, além dos mesmos banqueiros e exportadores, compunham a cena política. O poder de mando pelo uso da força proporcionado pelo controle do Estado, ou seja, a capacidade de controlar a Polícia bem com as Forças Armadas, continuou a manter no poder as mesmas famílias de proprietários na maioria das regiões brasileiras. A democracia brasileira neste começo do século XX era um faz de conta. Havia o voto, através do qual se procedia a formalidade da alternância do poder. Porém, o voto era determinado pela classe dominante, especialmente no vasto interior de um país ainda agrário. A classe dominante alegava que o Brasil estava inscrito num regime democrático, porém o fato era que se vivia num arremedo de democracia, no qual o poder dos proprietários de terra dava o tom assimétrico das decisões e escolhas políticas (FAORO, 2008; RIBEIRO, 1995).

Nos anos 20, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, ocorrem os primeiros movimentos sociais e culturais que dão partida a um processo de reivindicação de maior



participação no Estado. Finalmente o que acontece no resto do globo impacta o mundinho fechado e provinciano brasileiro, de modo que um evento como a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, bem como o crescimento de um movimento operário composto por imigrantes europeus traz uma maior diversidade às idéias dominantes. Ocorre, ademais, a fundação do Partido Comunista, o que revela o interesse pela bem sucedida Revolução Russa de 1917. A organização de sindicatos, mesmo que correspondendo a uma iniciativa incipiente, proporcionou ao país um começo de demandas por outras vozes além daquelas encasteladas no poder desde sempre (GORENDER, 1980; RIBEIRO, 1995).

Por outra parte, no seio do Exército ocorreu um importante movimento de renovação política. Os tenentes, pessoas oriundas de uma nova classe média urbana, composta de funcionários, pequenos profissionais liberais, começaram a buscar um modelo de país mais próximo aos países que iam acumulando riquezas, enquanto o Brasil mantinha-se agrário, exportador, abrigando grande parte da sua população na condição de analfabetos e pobres. Os tenentes questionavam o seu destino de, uma vez na instituição mantenedora da ordem, ter de manter esta ordem em benefício exclusivo de uma classe conservadora, pouco interessada no destino do Brasil como nação, uma vez que sua única preocupação era a de manterem-se ricos.

A partir dos anos 30 a cena política fica mais aberta. Jornais são lidos nas principais capitais brasileiras, de modo que as idéias fluem mais intensamente, resultando numa maior demanda por democracia. O rádio dissemina visões de mundo e aproxima as pessoas. O isolamento de vastas regiões interioranas diminui, o Brasil começa a ser apresentado entre si. Esportes, como o futebol, inauguram a sociedade de massa. Há tentativas de articulação de um Estado de Direito que possa abrigar diversas correntes e idéias políticas. Porém, um golpe de estado liderado por Getúlio Vargas, em 1937, foi um freio conservador à abertura da cena política. Como sempre, toda vez que forças progressistas que defendem maior amplitude de vozes na cena política se articulam em prol de mais democracia, as forças conservadoras brasileiras de sempre, pedem freios, limites, cerceamento de direitos e de liberdades civis.

Vale salientar que, enquanto a experiência democrática acontecia com desenvoltura no norte da Europa e nos Estados Unidos, no Brasil, a duras penas aconteciam fenômenos de natureza democrática. Há uma diferença marcante de ambiente democrático entre Brasil e Estados Unidos. Lá, o povoamento acontece como um transplante de famílias em busca de novas oportunidades de vida. Os americanos se



acostumam a resolver seus problemas de modo coletivo, participativo, sem esperar pelo Estado, que era fraco (TOCQUEVILLE, 1988). O oposto acontece no Brasil. O Estado é forte e onipresente. Não há a formação de uma cidadania autônoma, as pessoas se consideram dependentes do Estado, e dele esperam todas as iniciativas públicas. Não existe a cultura da participação política, no Brasil, enquanto que na América, desde a visita de Tocqueville, verificam-se inúmeras associações civis com finalidades diversas (MATOS, 2009; GOMES e MAIA, 2008).

Somente nos anos 30 o movimento sindical começa a ser organizado no Brasil. Os partidos de esquerda, comprometidos com o valor igualdade tão esquecido desde que alçado a valor democrático central pela Revolução Francesa, tentam se imbricar na cena política brasileira. A grande contribuição destes partidos de esquerda para a infante democracia brasileira foi estimular a participação popular no debate político. Note-se que embora, até então a massa esteve muda, sem voz, defendida apenas nos sindicatos, o estado getulista de inspiração fascista faz-lhe a outorga de benefícios expressos nas leis trabalhistas. Por esta razão, Getulio Vargas passa a ser reconhecido pelas classes subalternas brasileiras como alguém que os escutava, e não simplesmente como um ditador que privilegiou as classes dominantes. Ocorre que Vargas exerceu o poder de modo estratégico, através da oferta de privilégios e benefícios para todas as classes sociais, o que o caracteriza como o exemplo perfeito do político populista. Depois do hiato representado pela ditadura Vargas, a democracia brasileira deu seus primeiros passos depois da II Guerra, por volta de 1946 (RIBEIRO, 1995)

Enfim, a Democracia

Entre 1946 e 1964 o Brasil vivenciou uma experiência democrática real. Os sindicatos atuaram mais intensamente na organização da classe trabalhadora, que começou a se exprimir politicamente. Os estudantes também se organizaram na UNE (União Nacional dos Estudantes). A Igreja Católica sob o curto papado de João XXIII voltou-se para a base dos seus fiéis, proporcionando um intenso trabalho social de apoio às massas desassistidas. Daí resultou um movimento de base através da organização de associações que operaram como verdadeiros fóruns onde se praticava a democracia. A Igreja, os sindicatos, os estudantes e uma mídia plural foram deflagradores da democracia, que gozava de instituições pertinentes adequadas, tais como um parlamento livre, um judiciário em vias de profissionalização e separação do executivo, e de um



executivo que ensaiava os primeiros passos na direção da prestação de contas à sociedade civil (AVRITZER e SANTOS, 2002). Esta crescia com os movimentos sociais, que se multiplicava em todas as esferas: ligas camponesas, associações de trabalhadores, de artesãos, programas de alfabetização de massa foram postos em marcha por instâncias de governo, enfim, a sociedade brasileira passou por um período fecundo de vitalidade política.

A economia crescia, a mídia mostrava o Brasil real e repercutia as idéias nacionais desenvolvimentistas. Naturalmente que alguns segmentos da mídia semeavam o pânico, o medo das mudanças que a cena política democrática prenunciava, mormente a possibilidade de maior participação popular na renda nacional, o pavor da reforma agrária numa economia onde a terra funcionava como reserva de valor contra a inflação. Mas o otimismo contagiava a todos, apesar da pressão contra a Petrobrás, contra a possibilidade de uma economia que podia crescer associada com capitais públicos. Juscelino Kubitschek funcionava como um sorridente avalista das possibilidades do Brasil firmar-se no concerto das nações.

O golpe militar de 1964 atrasou o desenvolvimento da democracia brasileira por 21 anos. Porém, o próprio golpe estimulou uma resistência traduzida em intensos movimentos subterrâneos de representação populares. As experiências havidas do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto de Salvador foram um exemplo de resistência democrática, levada a cabo por segmentos da sociedade civil, durante os anos de chumbo do regime militar (ALMEIDA, 2001). Com efeito, o cerceamento da democracia operou como um vetor para o seu próprio fortalecimento, já que se ampliava, no seio da sociedade civil, a demanda por mais participação política. Quanto mais repressão exercida pelos militares, mais a sociedade civil reagia, numa demonstração dialética de vitalidade cultural e política. Músicas e peças de teatro referiam-se à situação de exceção democrática, o que muito contribuiu para a disseminação da demanda por democracia no imaginário popular.

Quando finalmente o país pôde abraçar as práticas democráticas, em torno de 1984 e 1985, houve até certa frustração, pois a massa nutriu a expectativa de que a democracia, por si só, iria resolver todas as carências do Brasil. De todo o modo, mesmo com a economia em desordem, pois o Plano Cruzado não logrou êxito em controlar a inflação já galopante, a outorga da Constituição de 1988 pela Assembléia Constituinte é um marco para a evolução da jovem democracia brasileira. A Constituição de 1988 introduziu uma série de práticas eminentemente democráticas, como a exigência de



instalação de conselhos urbanos no planejamento das cidades, para as quais a própria sociedade brasileira não estava preparada.

Esferas Públicas e Democracia no Brasil nos últimos vinte anos

A partir da década de 80 o Brasil começa a experimentar um modelo de democracia híbrido. O modelo predominante é a democracia elitista, caracterizada como uma situação na qual o poder está concentrado nas mãos de uma classe proprietária dos meios de produção. Porém, esboça-se um começo de democracia participativa, na qual ocorre uma ampliação de atores que participam em diversas instâncias democráticas. A democracia participativa que aos poucos se instala no Brasil exibe um perfil de maior inclusão social, de abertura para que outras vozes se manifestem. Este modelo híbrido de democracia é resultado de vários anos de luta democrática na direção do empoderamento da cidadania. Bobbio (1995) argumenta que uma prática política de esquerda significa uma luta por maior igualdade, o que acaba por resultar numa luta por mais participação popular no processo político. Por outra parte, ainda conforme este autor, a direita pugna pelo valor da liberdade, o que a faz ver o Estado com desconfiança. Considerando-se que a democracia é uma prática de escassos vinte e poucos anos, temos de admitir que o aprendizado brasileiro tem sido positivo.

Vimos que o Brasil não abrigou em seu território uma experiência em larga escala de associativismo cívico, tal com descrito por Tocqueville na América, que caracterizaria uma democracia participativa (GOMES e MAIA, 2008; MATOS, 2009). O modelo de democracia praticado no Brasil durante três quartos do século XX, quando possível, foi um modelo que se aproxima daquilo que alguns autores (HABERMAS, 2006) chamam de democracia elitista. Numa democracia participativa a sociedade civil nela se insere de modo intenso, enquanto no modelo elitista as instituições conduzem todo o processo de escolha dos seus dirigentes de modo formal, sem maiores participações da população, que apenas é convocada a cada quatro anos a manifestar sua escolha, geralmente apresentada de cima para baixo. Há a convicção de que os negócios de Estado são algo complexos, e que somente uma elite esclarecida teria condições de exercer o mando. As instituições políticas formais funcionam neste modelo, porém de modo burocrático, assaz distante da sociedade civil.



Desde o final do regime militar começou a florescer, no Brasil, uma enorme variedade de organizações locais, agrupando pessoas de diversas procedências, todas ávidas a participar da democracia através da afirmação das suas vozes. Os movimentos eclesiais de base, os trabalhadores organizados em sindicatos, os estudantes, e partidos de esquerda de um modo geral buscaram canais para manifestar seus pontos de vista, e, mais ainda, para disputar o poder formal institucional, representado pelo Parlamento e por instâncias do Estado. Muitas destas iniciativas desaguaram na organização de associações cívicas de natureza política. A partir da promulgação da Constituição de 1988, várias entidades foram organizadas no seio da sociedade civil. Isto nos leva a observar que a democracia brasileira, desde os anos 90, é híbrida, pois exhibe elementos de um processo de escolha e renovação dos quadros de mando, enfim, do governo, como num modelo elitista, mas exhibe, em paralelo, um conjunto de experiências participativas significantes (MIGUEL, 2007).

Embora a participação que se verifica tem intensidade variada no que concerne à capacidade de influir (HABERMAS, 2006), houve um notável avanço de situações que permitiram o aprendizado coletivo em democracia. Vale salientar os experimentos em orçamento participativo inaugurados por gestões do Partido dos Trabalhadores frente à Prefeitura de Porto Alegre, e hoje disseminados por cerca de uma centena de municípios brasileiros (LIMA, 2007; MIGUEL, 2007). O orçamento participativo não é em si algo revolucionário em termos de democracia, porém o alcance pedagógico em prol de mais participação que sua prática representa para uma população civil com baixa intensidade em termos de cultura política, pois herdeira de um modelo de gestão pública elitista onde o Estado é forte, significa um novo alento para mais intensidade participativa.

O advento da internet trouxe alvissaras expectativas para a intensificação da participação política, contudo esta é ainda uma história que está a se escrever, pois um pouco mais de uma década não significa tempo suficiente para afirmações definitivas. A internet é um novo ambiente que propicia a democratização dos meios de produção e acesso, com promessas de tornar a cena política menos regida pela centralização e escolha da informação a ser divulgada pela grande mídia de massa (LEMOS e LEVY, 2010). Em tempos pré-internet, a mídia de massa tinha o poder de escolher o que, quando e como divulgar, o que a fazia detentora do quarto poder numa democracia. Tanto Lima (2007), quanto Miguel (2007), salientam o fenômeno da partidarização da mídia em 2006. Ou seja, a mídia atua como um médium espírita que vai além das mensagens recebidas, agregando interpretações próprias às mensagens recebidas do



além. Evidentemente que esta prática de interpretação dos fatos pela ótica de uma das partes fere a ética do jornalismo pela qual a mídia deveria pautar sua atuação.

Após a internet, os atores políticos produzem e disseminam informações à vontade no ambiente virtual, o que significa uma fragmentação do poder antes concentrado entre os proprietários de empresas de mídia.

A internet é ao mesmo meio e ambiente de comunicação. Como ambiente, é natural que a Política ocupe mais este espaço de debate. Há, portanto, uma tendência generalizada, melhor dizê-lo globalizada, para que a Política também seja encenada em ambiente digital. Caminhamos, assim, na direção da democracia digital, que vem a ser um complemento, mais uma possibilidade de ambientação de temas políticos. Como meio de comunicação, a internet pode ser usada como ferramenta de disseminação de idéias, que tanto podem ser positivas ou negativas. As técnicas de marketing político são estratégias deliberadas e planejadas que buscam captar a atenção dos eleitores para determinados candidatos, e que uma vez alcançada, esta atenção é convertida em interesse e mesmo desejo de voto. Pois bem, na internet, estas técnicas podem resultar em mensagens virais de apoio ou de destruição da imagem do candidato. Heloiza Matos (2009) dedica um capítulo do seu livro para tratar da questão das mensagens negativas cujo potencial é amplificado no ambiente digital tendo em vista a rapidez de disseminação.

Conclusão

Embora seja uma experiência relativamente recente, a democracia brasileira evoluiu de uma democracia elitista na direção de uma democracia participativa. A ação de ONGs idôneas (pois nem todas o são), associações, conselhos, que, ao lado de sindicatos e outras modalidades de organização da sociedade civil têm trazido novos hábitos e práticas em termos de participação política da cidadania. Esta, aos poucos vai se empoderando, pois conseguem gradualmente fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Em paralelo, como complemento, há, ainda, o fenômeno do crescimento de situações de democracia digital. Hoje já são comuns as consultas feitas à população sobre a preferência com respeito a determinados assuntos: qual tipo de calçamento deve ser posto nas áreas de circulação de pedestres de uma rua, ou se a população aprova ou não a instalação de uma escultura numa praça pública em lugar de uma área de patinação.



Contudo a intensidade desta participação ainda é baixa, e, sobretudo, localizada em núcleos urbanos como as capitais e cidades médias, com entre 500 mil a um milhão de habitantes. Ainda existem grandes extensões do território brasileiro que padecem do distanciamento entre o Estado e a sociedade, típico do arremedo de democracia que vigorou na primeira metade do século XX. Certamente ainda faltam longos caminhos a percorrer na direção de uma democracia participativa de alta intensidade, onde mais igualdade e menos assimetria de renda e educação operem numa soma crescente.

No que diz respeito à democracia digital, vale observar que a maioria das campanhas políticas de hoje já contemplam ações sofisticadas de marketing político para aplicação em ambiente digital. Situações de democracia digital devem ocorrer, doravante, com mais frequência, vindo a ser um interessante complemento à democracia tradicional, na medida em que estimulem cada vez mais consultas públicas sobre temas específicos.

Referências

ALMEIDA, Gilberto. As Experiências do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto de Salvador. Salvador; *Cadernos do CEAS n° 194*, Salvador, Bahia, Julho / Agosto de 2001.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Souza. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza, **Democratizar a Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá, Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1987.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre e São Paulo: Editora Globo, 4ª ed.. 2008. Texto original de 1958.

GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: 2ª edição, Editora Ática, 1980.

HABERMAS, Jürgen. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy na Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. In: **Communication Theory # 16**, ISSN 1050-3293, pgs 411-426, International Communication Association, 2006

HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford University Press, second edition, Palo Alto, Ca., 1996



HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 19ª ed., 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1956. texto original de 1934.

KAUTSKY, Karl. **As Origens do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. ; Texto original de 1908;

LAMPEDUSA, Tomaso di. **O Leopardo**. Editora Nova Cultural, Rio de Janeiro, 2002

LEMOS, André e LEVY, Pierre. **O Futuro da Internet**. São Paulo; Editora Paulus, 2010.

LIMA, Venício (org). **A Mídia nas Eleições de 2006**. Introdução. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

MATOS, Heloiza; **Capital Social e Comunicação**; Summus Editorial, São Paulo, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. O Possível Aquém do Necessário: Transformando a Ação Política no Brasil. In: **A Mídia nas Eleições de 2006**, Organizado por LIMA, Venicio. São Paulo; Editora Perseu Abramo, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. Edited by J.P. Mayer, Harper Perennial Publishers, New York, 1988

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Editora UnB, 3ª edição, Brasília, 1994